

Usina Solar Arinos 3 SPE S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações do fluxo de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório da administração e exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Senhores acionistas, a Administração da Usina Solar Arinos 3 SPE S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais, apresenta a V.S.as. as Demonstrações Financeiras acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Desempenho financeiro

<i>Usina Solar Arinos 3 SPE S.A</i> <i>(em R\$ milhares)</i>	2025	2024
(+) Receita Líquida	27.249	10.218
(-) Custos com venda de energia	(5.123)	(1.298)
(=) Lucro Bruto de Energia	22.126	8.920
(-) Despesas Operacionais e Administrativas	(1.697)	(184)
(=) EBITDA	20.429	8.736
(-/+ Efeitos Não Recorrentes	(198)	-
(=) EBITDA Ajustado	20.231	8.736
(-) Depreciação/Amortização	(6.872)	(2.089)
(-/+ Resultado Financeiro	(12.403)	(3.161)
(-) Impostos	(1.804)	(1.045)
(=) Lucro (Prejuízo) Líquido	(848)	2.441

Lucro Bruto de Energia

O lucro bruto de energia apresentou aumento de R\$ 13.206, na comparação entre os anos de 2025 e 2024 pois, no ano de 2024, a variação se deve ao início da operação comercial da Companhia ao longo do segundo semestre de 2024. Para o exercício findo em dezembro de 2025 o lucro bruto de energia foi afetado pelo efeitos do *curtailment*, conforme apresentamos no parágrafo Efeitos *Curtilment*.

Ebitda

Assim como o lucro bruto de energia, o Ebitda oscilou entre os exercícios comparados, pelo fato do início da operação comercial no segundo semestre de 2024. O principal aumento nos custos com venda de energia no exercício de 2025 se refere aos encargos com o uso da rede de transmissão de energia, no valor de R\$ 2.457.

Resultado Financeiro

O principal impacto no resultado financeiro entre o exercício de 2025, que diminui em R\$ 9.242, quando comparado ao exercício de 2024, se refere aos juros sobre financiamento contratado junto ao

Banco do Nordeste do Brasil (BNB), pois, para o exercício de 2024, os juros incorreram após o desembolo, em maio de 2024, tendo sido capitalizados até a entrada em operação comercial, e, para o exercício de 2025 foram reconhecidos no resultado financeiro de janeiro a dezembro, conforme notas explicativas nº 14 e 20.

Efeitos do Curtailment

Durante o exercício, a Companhia operou normalmente, estando conectada ao Sistema Interligado Nacional (SIN) e sujeita às determinações do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Em 2025, a geração foi impactada por eventos de *Curtailment* (redução/corte de geração por ordem do ONS), ocasionados por fatores externos à usina, como restrições do sistema elétrico e indisponibilidades em instalações de transmissão. Os principais impactos operacionais, financeiros e regulatórios desses eventos, são apresentados a seguir;

No exercício de 2025, o *Curtailment* resultou nos seguintes impactos operacionais e financeiros:

Período	MWh programados	MWh gerados	MWh cortados	% corte (*)	Receita bruta sem Curtailment (R\$)	(-) Curtailment (R\$) (**)	Receita bruta com curtailment (R\$)
2025	131.744	91.755	39.989	30%	34.420	(5.870)	28.550

(*) Percentual referente aos cortes em volume energético.

(**) O percentual do efeito financeiro com o *curtailment* em relação a receita bruta é de 20%, percentual menor que os 30% demonstrados no quadro acima que apura o *curtailment*, em volume energético. Essa diferença se dá pelo motivo de que o preço médio dos contratos bilaterais de energia é maior que o valor do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) horário, que é utilizado como referência para apuração financeira no momento dos cortes.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não reconheceu valores passíveis de compensação, por avaliar que ainda seria necessário aguardar as informações adicionais a serem publicadas pelo Regulador, como resultado da Consulta Pública nº 210/2025, aberta pelo Ministério de Minas e Energia (MME). Dessa forma, no julgamento da Companhia, somente após a publicação e definição de todas as regras e mecanismos regulatórios estabelecidos e aprovados, é que a Companhia terá condição de decidir se aceitará ou não as condições que serão propostas em definitivo, pelo motivo de que as regras e mecanismos regulatório ainda se encontram em discussão, conforme nota explicativa nº 1.1.

A administração da Companhia, em conformidade com as normas regulatórias vigentes que reconhecem a compensação pelo *curtailment* apenas parcialmente em casos de cortes por Indisponibilidade Externa, adotou medidas administrativas e judiciais para requerer a liquidação financeira das compensações retroativas. Estas não vêm sendo executadas devido à ausência de aprovação, por parte da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), das Regras de Comercialização e dos Procedimentos de Rede aplicáveis especificamente às usinas fotovoltaicas comercializando energia no ambiente de contratação livre, que é o caso das usinas da Companhia. O valor estimado acumulado de compensação até dezembro de 2025 está apresentado a seguir:

Período	Pleito protocolado	Compensação prevista R\$	Status regulatório
2025	Sim	679	em análise regulatória / aguardando julgamento do mérito no judiciário

Cabe destacar que a Lei 15.269/2025, oriunda da conversão da Medida Provisória 1.304/2025 e detalhada na nota explicativa nº 1.1, ampliou significativamente os eventos elegíveis a compensação em comparação com as normas regulatórias vigentes. A nova legislação passou a incluir todas as Indisponibilidades Externas e parte dos eventos relacionados a Razões de Confiabilidade, o que tende a resultar em acréscimo nos valores passíveis de compensação desde o início de operação da Companhia, além daqueles já apresentados anteriormente.

Ao encerrarmos o exercício de 2025, a Diretoria externa seu reconhecimento pelo apoio recebido da controladora Solar Arinos S.A., bem como a todos os demais colaboradores por sua dedicação e empenho.

Arinos, 19 de março de 2026.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Diretores da
Usina Solar Arinos 3 SPE S.A.**

Arinos - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Usina Solar Arinos 3 SPE S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Usina Solar Arinos 3 SPE S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

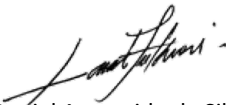
Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de março de 2026
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Usina Solar Arinos 3 SPE S.A.

Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2025	2024	Passivo	Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	7.a	6.085	23.599	Fornecedores	13	1.727	5.467
Contas a receber	8	2.407	1.492	Obrigações tributárias	15	229	448
Partes relacionadas	22	618	-	Imposto de renda e contribuição social	21	279	522
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		16	106	Financiamentos	14	2.682	2.153
Despesas antecipadas	9	987	2.206	Passivo de arrendamentos	10	8	7
Outras contas a receber		157	259	Contas a pagar partes relacionadas	22	71	3
Total do ativo circulante		10.270	27.662	Dividendos a pagar	22	-	481
				Outras contas a pagar	13	1.020	1.786
				Total do passivo circulante		6.016	10.867
Despesas antecipadas	9	8	583				
Contas a receber partes relacionadas	22	17	17	Financiamento	14	109.008	99.363
Fundos vinculados	7.b	3.471	3.067	Passivo de arrendamento	10	2.712	2.720
Mútuos financeiros a receber de partes relacionadas	22	10.150	15.150	Provisão para desmobilização	16	173	156
Direito de uso	10	2.619	2.701	Outras contas a pagar	13	12	904
Imobilizado	11	191.207	195.711	Total do passivo não circulante		111.905	103.143
Intangível	12	7.897	7.990	Patrimônio líquido	17		
Total do ativo não circulante		215.369	225.219	Capital social		107.023	137.328
				Reserva de lucros		695	1.543
				Total do patrimônio líquido		107.718	138.871
Total do ativo		225.639	252.881	Total do passivo e patrimônio líquido		225.639	252.881

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina Solar Arinos 3 SPE S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	18	27.249	10.218
Custos com venda de energia	19	(11.995)	(3.387)
Lucro bruto		15.254	6.831
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	19	(1.697)	(184)
Outras receitas (despesas) líquidas	19	(198)	-
Resultado antes das receitas / (despesas) financeiras líquidas e impostos		13.359	6.647
Receitas financeiras	20	2.767	1.931
Despesas financeiras	20	(15.170)	(5.092)
Resultado financeiro líquido		(12.403)	(3.161)
Resultado antes dos impostos		956	3.486
Imposto de renda e contribuição social correntes	21	(1.804)	(1.045)
(Prejuízo) / lucro líquido do exercício		(848)	2.441

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina Solar Arinos 3 SPE S.A.

**Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

(Em milhares de reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
(Prejuízo) / lucro líquido do exercício	(848)	2.441
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>(848)</u></u>	<u><u>2.441</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina Solar Arinos 3 SPE S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social		Reserva de lucros			Total
		Capital social subscrito	Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Prejuízos acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2023		262.444	(152.225)	-	-	(417)	109.802
Integralização de capital social		-	123.291	-	-	-	123.291
Cisão parcial realizada em 31/12/2024		(96.182)	-	-	-	-	(96.182)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	2.441	2.441
Destinação para reserva legal		-	-	101	-	(101)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(481)	(481)
Destinação para reserva de lucros		-	-	-	1.442	(1.442)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		166.262	(28.934)	101	1.442	-	138.871
Integralização de capital social	17	-	28.934	-	-	-	28.934
Redução de capital	17	(59.239)	-	-	-	-	(59.239)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(848)	(848)
Absorção de prejuízos de reserva de retenção de lucros	17	-	-	-	(848)	848	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		107.023	-	101	594	-	107.718

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina Solar Arinos 3 SPE S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		956	3.486
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com os recursos das atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	11	6.805	2.062
Amortização de direito de uso	10	82	27
Atualização monetária da provisão para desmobilização	16	17	4
Juros sobre financiamentos	14	11.326	3.334
Baixa de ativo imobilizado	11	1.813	-
Juros sobre passivo de arrendamentos	10	323	107
		21.322	9.020
Redução / (aumento) nos ativos operacionais:			
Contas a receber	8	(915)	(1.492)
Contas a receber partes relacionadas	22 c	(618)	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		90	-
Despesas antecipadas	9	1.794	(1.840)
Outras contas a receber		103	(254)
Aumento / (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores	13	(3.735)	763
Obrigações tributárias	15	(219)	(29)
Contas a pagar partes relacionadas	22 c	68	(3)
Outras contas a pagar	13	(1.663)	2.690
		16.227	8.855
Caixa gerado pelas atividades operacionais			
Pagamento de juros de financiamentos	14	(6.331)	(914)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	22	(2.048)	(523)
		7.848	7.418
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais			
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Mútuos financeiros a receber de partes relacionadas	22	5.000	(15.150)
Fundos vinculados	7.b	(404)	(3.067)
Aquisição de ativo intangível	12	-	(26)
Aquisição de ativo imobilizado	11	(3.615)	(176.376)
		981	(194.619)
Caixa líquido gerado pelas / (aplicado nas) atividade de investimento			
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de financiamentos	14	6.839	96.911
Pagamento do principal do passivo de arrendamentos	14	(1.660)	-
Pagamento do principal do passivo de arrendamentos	10	(330)	(265)
Pagamento de dividendos	17 c	(481)	-
Redução de capital social	17.a	(59.239)	-
Integralização de capital	17.a	28.528	113.966
		(26.343)	210.612
Caixa (aplicado nas) / gerado pelas atividades de financiamento			
(Redução) / aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7 a	23.599	188
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7 a	6.085	23.599
		(17.514)	23.411

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Usina Solar Arinos 3 SPE S.A. (“Companhia”) é uma SPE, controlada diretamente pela Solar Arinos S.A. A Companhia foi constituída na forma de sociedade de propósito específico de capital fechado, com sede na Fazenda Mascarada, com entrada a altura do KM 25.1, Rod Arinos Januária, S/N, Arinos – MG – Zona Rural.

A Companhia foi constituída em 08 de outubro de 2021, e tem como objeto social a implantação e exploração da usina de geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica UFV Arinos 3, cadastrada na Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, sob o CEG nº UFV.RS.MG.047299-9.01.

Em 05 de julho de 2022, mediante transferência de outorga, anteriormente concedida a desenvolvedora do projeto, a Companhia foi autorizada a atuar sob o regime de produção independente de energia elétrica, conforme Resolução Autorizativa nº 12.257 de 05 de julho de 2022. A autorização de exploração vigorará pelo prazo de 35 anos.

1.1 Curtailment

A Companhia está conectada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), sujeita à programação centralizada e às ordens operativas do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Em determinados períodos, o ONS pode solicitar a redução/corte de geração, os quais regulatoriamente são denominados como *curtailment*. Ocorrem por razões externas à usina e são classificados como: (i) Razões Energéticas ou (Excesso de Energia), ocorre quando a geração disponível supera a demanda do sistema, (ii) Razões de Confiabilidade (Estabilidade do Sistema), devido a restrição do sistema de transmissão de energia elétrica, ocasionado por condições operativas da rede elétrica e não por indisponibilidade dos equipamentos da Companhia. (iii) Indisponibilidades Externas, ocasionadas por falhas ou intervenções em instalações de transmissão externas às usinas geradoras e aos seus sistemas auxiliares. Tais eventos impactam o volume de energia comercializado e, conseqüentemente o valor da receita auferida. Conforme Lei 15.269/2025 (conversão da Medida Provisória 1.304/2025), os cortes ocorridos a partir de 1º de setembro de 2023 por Indisponibilidades Externas e parte dos cortes decorrentes de Razões de Confiabilidade serão passíveis de compensação, incluindo os cortes ocorridos após a publicação da Lei em 25/11/2025. Os detalhes das regras para classificação, apuração e compensação, dos cortes ocorridos até 25/11/2025, estão sendo discutidos por meio da Consulta Pública nº 210/2025, aberta pelo Ministério de Minas e Energia (MME), em 31/12/2025.

A Administração da Companhia estabeleceu procedimentos operacionais de monitoramento e comitês específicos analisando recorrentemente os impactos financeiros do *curtailment* de forma retrospectiva e prospectiva, observando diversos cenários que possam afetar o cumprimento de suas obrigações e a rentabilidade do capital investido, e assim antecipar mecanismos de mitigação.

As análises e projeções contam com estudos detalhados incluindo condições de mercado, regulatórias, comercialização, produção regional e nacional, avanços de infraestrutura etc.

A Companhia entende que existem outros valores de *curtailment* passíveis de compensação, que não

foram reconhecidos nestas demonstrações financeiras, por avaliar que ainda será necessário aguardar as informações adicionais a serem publicadas pelo Regulador, como resultado da Consulta Pública nº 210/2025, aberta pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

Dessa forma, a Companhia determinou que irá deliberar em definitivo sobre esse tema, somente após a deliberação final por parte do Regulador, conseqüentemente, nenhum valor foi reconhecido nessas demonstrações financeiras.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o *curtailment*, não ocasionou descumprimento das obrigações financeiras e contratuais da Companhia.

1.2 Reforma tributária

Reforma tributária sobre o consumo

A presente nota explicativa tem como objetivo detalhar os potenciais impactos nas demonstrações financeiras da Companhia advindos da Emenda Constitucional 132/2023, regulamentada pela Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025 e Lei Complementar nº 227, de 13 de janeiro de 2026, normativos legais que instituíram o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS). Seus efeitos ocorrerão após o encerramento do exercício social de 31 de dezembro de 2025, portanto, são considerados eventos subsequentes que não ajustam as demonstrações financeiras, mas que requerem divulgação para uma compreensão completa da posição financeira e do desempenho futuro da Companhia.

Contexto da Reforma Tributária:

A Reforma Tributária representa um marco significativo na legislação tributária brasileira, com a unificação de diversos tributos sobre o consumo. As principais mudanças introduzidas incluem a criação da Contribuição Sobre Bens e Serviços (CBS) que irá substituir o Pis e a COFINS a partir de 1º de janeiro de 2027, o Imposto Sobre Bens e Serviços (IBS) que irá substituir o ICMS e ISS, gradativamente a partir de 1º de janeiro de 2029, e a criação do Imposto Seletivo (IS).

Impactos potenciais nas demonstrações financeiras e operações futuras:

Os impactos com a Reforma Tributária, embora posterior à data do balanço, terão implicações relevantes para a Companhia a partir de sua efetiva entrada. Os principais impactos esperados incluem, mas não se limitam a:

Revisão de Preços e Margens: A alteração na estrutura tributária exigirá uma revisão da política de preços da energia vendida pela Companhia, com objetivo de manter as margens de lucro e indicadores financeiros antes da reforma tributária.

Fluxo de Caixa: As mudanças nos regimes de apuração e recolhimento dos tributos podem afetar o fluxo de caixa da Companhia, exigindo ajustes no planejamento financeiro e na gestão de capital de giro.

Sistemas e Processos Internos: A Companhia precisará adaptar seus sistemas de gestão (ERP), processos contábeis e fiscais para atender às novas exigências da legislação, incluindo a emissão de documentos fiscais e a apuração dos novos tributos. Isso pode envolver investimentos em tecnologia e treinamento de pessoal.

Contratos e Acordos Comerciais: Contratos de fornecimento de energia, e outros acordos comerciais

serão revisados para incorporar as novas disposições tributárias, especialmente aqueles que preveem cláusulas de reajuste ou repasse de impostos.

Impacto no Lucro Líquido e Patrimônio Líquido: As alterações na carga tributária e nos custos operacionais podem, em última instância, impactar o lucro líquido da Companhia e, conseqüentemente, seu patrimônio líquido.

Medidas adotadas e próximos passos:

A Companhia está monitorando ativamente a regulamentação da Reforma Tributária, e avaliando detalhadamente seus impactos. Uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais das áreas contábil, fiscal, jurídica, tecnologia e de negócios, está encarregada de:

- Realizar estudos aprofundados sobre as implicações da nova legislação para cada linha de negócio da Companhia;
- Desenvolver planos de ação para a adaptação dos sistemas, processos e controles internos.
- Avaliar a necessidade de renegociação de contratos e acordos comerciais.
- Estimar os impactos financeiros e operacionais, incluindo projeções de fluxo de caixa e resultados.
- Manter a administração e os órgãos de governança informados sobre o progresso e as decisões tomadas.

A administração da Companhia com base nas regras tributárias já promulgadas, e considerando a análise de seus contratos de venda de energia e aquisição de insumos junto aos fornecedores, não espera impactos financeiros significativos, advindos da Reforma Tributária.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 19 de março de 2026.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais.

- Aplicação financeira que são mensurados ao valor justo.;
- Instrumentos financeiros derivativos que são mensurados ao valor justo.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Direito de uso e arrendamentos - Nota explicativa nº10** Estimativa da taxa implícita de desconto utilizada no cálculo do valor presente;
- **Análise de redução ao valor recuperável da planta fotovoltaica - Nota explicativa nº11:** Principais premissas em relação aos valores recuperáveis da planta fotovoltaica.
- **Vida útil dos ativos tangíveis – Nota explicativa nº 11:** Refere-se a ativos imobilizados onde a depreciação é feita pelo método linear, com base nas taxas anuais determinadas pela vida útil estimada do bem. A determinação da vida útil dos ativos é estimada pela Administração com base na estimativa de tempo de geração de recursos que tal ativo espera prover, limitando-se ao prazo de autorização de exploração;
- **Intangível - Nota explicativa nº 12:** Principais premissas em relação aos valores recuperáveis e sua respectiva vida útil;
- **Reconhecimento e mensuração dos custos de desmobilização – nota explicativa nº16:** Referem-se as principais premissas sobre a mensuração dos custos prováveis, descontados a valor presente, representando assim a saída futura de recursos necessários para entrega do terreno locado nas condições previstas no contrato; e
- **Instrumentos financeiros – Nota explicativa nº23:** Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

5 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

a. Receita de contrato com cliente

Reconhecimento da receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve:

- a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente;
- a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato;

- a determinação do preço para cada tipo de transação;
- a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e
- o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato, sejam em um determinado período, ou ao longo do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O principal critério de reconhecimento e mensuração do contrato de energia de reserva é estabelecido com base na quantidade de energia entregue no ponto de verificação acordado entre as partes e com os preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e aplicações financeira com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e a liquidez de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios.

c. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

d. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros; e
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

e. Imposto de renda e contribuição social

(i) Regime de tributação pelo Lucro Real

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A Companhia utilizou este regime até 31 de dezembro de 2024.

(ii) Regime de tributação pelo Lucro Presumido

O imposto de renda e a contribuição social correntes registradas no resultado são calculadas conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas com base nos percentuais de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%. A Companhia utilizou este regime durante o exercício de 2025.

(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. A Companhia adotou este regime a partir de 1 de janeiro de 2025.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de financiamentos capitalizados, receitas financeiras oriundas dos financiamentos obtidos para construção do ativo, até o momento da disponibilidade do ativo para a administração da Companhia, deduzido de depreciação acumulada após a entrada em operação do parque fotovoltaico e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação será calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens o qual a Companhia definiu uma vida útil de 30 anos que representa o período estimado pela Administração no qual o grupo de ativos operacionais fluirão em benefícios econômicos. A depreciação é reconhecida no resultado. Dado a limitação legal imposta pelo prazo de autorização, os ativos são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo de autorização.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias	30 anos
--	---------

A taxa de depreciação do item planta fotovoltaica representa a vida útil do ativo enquanto unidade operacional e inclui todos os gastos que foram necessários para a construção e início de operação da planta. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

g. Ativos intangíveis

Inclui custos com a implantação de desenvolvimento de geração de energia fotovoltaica e aquisição de softwares.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(i) Reconhecimento e Mensuração

Os ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Softwares	5 anos
Direito de Exploração	30 anos

h. Provisão para desmobilização

Os contratos de arrendamento das terras onde os parques encontram-se instalados contêm cláusulas que obrigam a Companhia, ao final do prazo contratual, devolva as terras em condições originais anteriores a implementação dos parques. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e são depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo, é possível verificar maiores detalhes na nota explicativa nº 16.

i. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente

atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

(a) Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:

- ao custo amortizado;
- ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

(b) Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(c) Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa

contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(d) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

(a) Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(b) Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.,

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

j. Redução ao valor recuperável (impairment)**(i) Ativos financeiros não-derivativos***Instrumentos financeiros e ativos contratuais*

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura a provisão para perda com contas a receber de clientes e ativos de contrato em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

(ii) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge (“hedge accounting”)

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de moeda estrangeira, utilizando a contabilização de *hedge* (*hedge accounting*) com o intuito de proteger aquisições de equipamentos para o ativo imobilizado empregados nas usinas solares em construção, (módulos e inversores). Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para este fim são Contratos a Termo de Moeda – *NDF* (*Non Deliverable Forward*).

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo, e posteriormente a valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida no patrimônio líquido, especificamente na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial.

No início de relacionamento do *hedge* designado, a Companhia documenta o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para a realização do *hedge*. A Companhia também documenta a relação econômica entre o item coberto e o instrumento de cobertura, incluindo se as alterações nos fluxos de caixa do item coberto e do instrumento de cobertura devem compensar-se mutuamente.

Periodicamente a Administração da Companhia monitora os critérios de qualificação do instrumento de *hedge*, a fim de assegurar a relação de proteção.

Hedge de valor justo

Quando um instrumento financeiro derivativo é designado como instrumento de *hedge* valor justo, a parcela efetiva das variações no valor justo é reconhecida e acumulada no resultado do exercício e são limitadas ao índice designado para o item protegido. A Companhia designou Contratos a Termo de Moeda – *NDF* (*Non Deliverable Forward*) como instrumento de *hedge*. A parcela efetiva das variações no valor justo do instrumento de *hedge* é reclassificada para o custo do objeto de *hedge*

protegido, sendo estes, os ativos fixos adquiridos durante o período de vigência do *hedge*.

Se o *hedge* não mais atender aos critérios de contabilidade de *hedge* ou se, o instrumento de *hedge* for rescindido, ou expirar, a contabilidade de *hedge* será descontinuada prospectivamente.

(iii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida.

Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

I. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca da contraprestação.

(i) Arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. No caso da Companhia o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento se referem ao aluguel onde o parque fotovoltaico se encontra em operação.

A Companhia adota os seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos:

Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados a partir das taxas de juros incrementais para fontes de financiamento dos ativos subjacentes. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 12,66% a.a.

Reconhecimento de ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento mercantil, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial.

O ativo de direito de uso é amortizado linearmente de acordo com a vida útil do respectivo ativo subjacente, o passivo é amortizado de acordo com o pagamento das contraprestações, reconhecendo as respectivas despesas financeiras com base no método da taxa efetiva de juros. Isenções estão

disponíveis para arrendamentos de curto prazo, itens de baixo valor (USD 5) e para aqueles que possuem contraprestações em sua totalidade variáveis.

Os ativos de direito de uso são apresentados no ativo não circulante, e são amortizados de acordo com o prazo contratual remanescente dos contratos de arrendamento.

A Companhia apresenta os pagamentos de principal e juros na demonstração de fluxo de caixa nas atividades de financiamento. Durante o período de construção os juros dos arrendamentos são reconhecidos no ativo imobilizado.

j. Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

6 Novas normas e interpretações

a) Normas contábeis

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis.

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

b) Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

7 Caixa e equivalentes de caixa e fundos vinculados

a. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Depósitos bancários (a)	1.671	707
Aplicações financeiras (b)	4.414	22.892
Total de caixa e equivalente de caixa	6.085	23.599

- (a) Inclui depósitos disponíveis prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.
- (b) As aplicações financeiras referem-se à certificado de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação do CDI em média de 96% em 31 de dezembro de 2025 (94,5% em 31 de dezembro de 2024) ao ano, não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

b. Fundos vinculados

Os valores aplicados em fundos vinculados que fazem parte dos acordos firmados nos contratos de financiamento do Banco do Nordeste (BNB) (Contas Reserva da Dívida e Contas Reserva de O&M, entre outras) em que é exigido pelo banco financiador que sejam mantidos saldos mínimos estabelecidos nos instrumentos de financiamento. Os fundos vinculados estão classificados no não circulante de acordo com a expectativa de realização dos valores. As contas centralizadoras concentram os recebíveis da Companhia.

	2025	2024
Reserva O&M	408	381
Reserva de dívida – BNB	3.063	2.686
Total	3.471	3.067

8 Contas a receber

	2025	2024
Contas a receber de clientes – ACL – (a)	2.407	1.492
	2.407	1.492

- (a) Contas a receber proveniente da operação de venda firmada bilateralmente no Ambiente de Contratação Livre (ACL), conforme descrito na nota explicativa nº 1 e nº 18, onde o saldo é liquidado no mês subsequente a geração e não há saldos vencidos a receber.

A Companhia entende não haver riscos de créditos com os recebíveis e, portanto, não reconheceu nenhum montante à título de expectativa de perda com crédito de liquidação duvidosa. A Companhia não possui histórico de inadimplência com recebíveis.

9 Despesas antecipadas

	2025	2024
Seguros (a)	385	374
Software (b)	-	71
Fianças bancárias (c)	610	2.344
	995	2.789
Circulante	987	2.206
Não circulante	8	583

- (a) Refere-se aos seguros para risco operacional e responsabilidade civil.
- (b) Refere-se a despesas pela utilização de licença de uso de software.
- (c) Refere-se a fianças bancárias para garantia de contratos de financiamentos. A Companhia reconheceu no imobilizado despesas de fianças no valor de em 31 de dezembro de 2024.

10 Ativo de direito de uso e arrendamento

A Companhia atua como arrendatária em contratos de terras referentes aos parques fotovoltaicos. A movimentação do direito de uso está demonstrada abaixo:

	Valor líquido em 31/12/2024	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2025
Ativo de direito de uso			
Arrendamento parques fotovoltaicos	2.701	(82)	2.619
Total do ativo	2.701	(82)	2.619
	Valor líquido em 31/12/2023	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2024
Ativo de direito de uso			
Arrendamento parques fotovoltaicos	2.878	(177)	2.701
Total do ativo	2.878	(177)	2.701

O prazo de amortização de direito de uso é de 35 anos.

Composição dos saldos do passivo de arrendamento:

	2025	2024
Passivo de arrendamento	2.720	2.727
Total	2.720	2.727
Circulante	8	7
Não circulante	2.712	2.720

A movimentação do passivo de arrendamento, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, está demonstrada abaixo:

	Valor líquido em 31/12/2024	Pagamento de principal e juros	Juros incorridos	Valor líquido em 31/12/2025
Passivo de arrendamento				
Arrendamento - Terreno do Parque Fotovoltaico	2.727	(330)	323	2.720
Total	2.727	(330)	323	2720

	Valor líquido em 31/12/2023	Pagamento de principal e juros	Juros incorridos	Valor líquido em 31/12/2024
Passivo de arrendamento				
Arrendamento - Terreno do Parque Fotovoltaico	2.878	(265)	133	2.727
Total	2.878	(265)	133	2727

Mediante reconhecimento do arrendamento, a taxa de desconto utilizada para tal é de 12,66% a.a.

11 Imobilizado

Custo de aquisição:	31/12/2023	Adições	Cisão dos ativos (c)	Juros capitalizados (d)	31/12/2024	Adições	Baixas (e)	31/12/2025
	Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e equipamentos (a)	110.116	181.477	(96.182)	2.185	197.596	4.021	(1.813)
Custo para desmobilização de ativos (b)	-	152	-	-	152	-	-	152
Total do custo	110.116	181.629	(96.182)	2.185	197.748	4.021	(1.813)	199.956

Depreciação acumulada	31/12/2023	Adições	Cisão de ativos	Juros capitalizados	31/12/2024	Adições	Baixas	31/12/2025
	Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias	-	(2.036)	-	-	(2.036)	(6.707)	-
Desmobilização de ativos (b)	-	(1)	-	-	(1)	(5)	-	(6)
Total da depreciação acumulada	-	(2.037)	-	-	(2.037)	(6.712)	-	(8.749)

Total	31/12/2023	179.592	(96.182)	2.185	195.711	(2.691)	(1.813)	191.207
	110.116	179.592	(96.182)	2.185	195.711	(2.691)	(1.813)	191.207

- a) Refere-se às compras de ativo imobilizado.
b) Conforme nota explicativa nº 16.
c) Conforme nota explicativa nº 17.
d) Conforme nota explicativa nº 14.
e) Refe-se a baixa de módulos danificados e redução valor referente rateio obra na pista de aceleração com ENEL e CTG.

Em setembro de 2024 a Companhia concluiu a construção da Usina Fotovoltaica e iniciou a operação para fornecimento para contratos firmados bilateralmente em ambiente de contratação livre, iniciando no exercício de 2025 o reconhecimento de depreciação. A vida útil do ativo imobilizado e políticas contábeis aplicáveis estão descritas na nota explicativa nº 5.f

A Companhia avaliou que até 31 de dezembro de 2025 não existem indicativos de perda do valor recuperável de seu imobilizado.

12 Intangível

Custo de aquisição:	31/12/2023	Adição	31/12/2024	Adição	31/12/2025
Gastos desenvolvimento (*)	-	7.967	7.967	-	7.967
Software	-	48	48	-	48
Total do custo	-	8.015	8.015	-	8.015

Amortização acumulada	31/12/2023	Adição	31/12/2024	Adição	31/12/2025
Gastos desenvolvimento (*)	-	(22)	(22)	(88)	(111)
Software	-	(3)	(3)	(4)	(7)
Total da amortização acumulada	-	(25)	(25)	(92)	(118)

Total do intangível	-	7.990	7.990	(92)	7.897
----------------------------	----------	--------------	--------------	-------------	--------------

(*) Refere-se ao custo efetivo incorrido com a fase inicial do projeto de geração de energia fotovoltaica. Os custos incorridos os quais foram posteriormente transferidos ao imobilizado em construção, atendem aos critérios requeridos para fins de capitalização, vide nota explicativa nº 11.

A Companhia avaliou que em 31 de dezembro de 2025 não existem evidências de perda do valor recuperável de seu intangível.

13 Fornecedores e outras contas a pagar

O saldo de fornecedores e contas a pagar é representado por obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fornecedores		
Contratação de materiais e serviços (a)	211	4.691
Provisão de fornecedores (b)	5	-
Fornecedores – CCEE (c)	<u>1.511</u>	<u>776</u>
Total de fornecedores	<u>1.727</u>	<u>5.467</u>
Outras contas a pagar (d)	<u>1.032</u>	<u>2.690</u>
Total de fornecedores e outras contas a pagar	<u>2.759</u>	<u>8.157</u>
Circulante	2.747	7.253
Não circulante	12	904

- a) Refere-se a contratação de materiais e serviços empregados na manutenção do parque fotovoltaico.
b) Refere-se a provisão de serviços a serem faturados.
c) Refere-se a ajustes negativos de liquidação no ambiente da CCEE.
d) Substancialmente refere-se a saldos de fiança a pagar.

As informações sobre a exposição da Companhia ao risco de liquidez relacionado a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa nº 23.

14 Financiamentos

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Financiamentos bancários com garantia		
Saldo inicial	101.516	--
Financiamentos tomados (principal)	6.839	96.911
Financiamentos pagos (principal)	(1.660)	-
Juros incorridos (i)	11.326	5.519
Juros pagos	<u>(6.331)</u>	<u>(914)</u>
Saldo em final	<u>111.690</u>	<u>101.516</u>
Circulante	2.682	2.153
Não circulante	109.008	99.363

- (i) Conforme demonstrado na nota explicativa 11, o montante de R\$2.754, de juros incorridos foram capitalizados em 2024

Detalhes dos financiamentos

Tipo e agente financiador	Taxa de juros (pro rata tempori - ponderada)	Data da contratação	Valor contratado	Vencimento final	Pagamento
Financiamento – AFD Infra Sustentável - Banco do Nordeste do Brasil	IPCA + 5,28 % a.a.	27/12/2023	16.250	jan/34	Semestral
Financiamento – FNE Verde Infraestrutura - Banco do Nordeste do Brasil	IPCA + 5,28 % a.a.	27/12/2023	80.661	jan/48	Mensal

O financiamento bancário está garantido por emissão de cartas de fianças.

O Contrato de Prestação de Garantia estabelece cláusulas restritivas (covenants) cujo eventual descumprimento pode acarretar uma hipótese de devolução da fiança. Os covenants são condições restritivas que visam dar garantia ao credor sobre a manutenção de determinados indicadores. O contrato de Prestação de Garantia possui os principais covenants abaixo:

- Apresentação e renovação da fiança bancária até o vencimento do contrato;
- Composição da conta-reserva Fundo de Liquidez;
- Cumprimento da legislação ambiental;
- Não realizar distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio aos acionistas, superiores ao mínimo previsto na legislação brasileira, caso haja, inadimplemento pecuniário ou a conta fundo de liquidez não for preenchida.
- Não realizar redução de capital sem anuência prévia dos fiadores.
- Manter índice de cobertura do serviço da dívida igual ou superior a 1,2, a partir do exercício findo no ano de 2025.

Contrato de financiamento contém como garantias:

- Fiança bancária;
- Conta reserva.

Todas as cláusulas restritivas (covenants) qualitativas e quantitativas referentes ao contrato de financiamentos são acompanhadas pela Administração da Companhia.

Termos e cronograma de amortização da dívida

Os montantes das parcelas do não circulante são compostos por ano de vencimento conforme demonstrado abaixo:

Vencimento em:	2025
2026	2.682
2027	6.419
2028	6.419
2029	6.419
2030	6.419
2031 até 2048	83.332
	111.690

15 Obrigações tributárias

	2025	2024
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte	38	9
ISS – Imposto Sobre Serviços – Retido	12	21
INSS Retido – Instituto Nacional do Seguro Social	-	10
Impostos retidos	179	408
	229	448

16 Provisão para desmobilização

De acordo com a cláusula contida nos contratos de arrendamento, a Companhia tem a obrigação de devolver o terreno arrendado onde o parque encontra-se instalado nas condições originais anteriores a implementação das instalações.

Em dezembro de 2025, a Companhia possui provisão para desmobilização inerente à desmontagem da usina fotovoltaica no montante de R\$ 173 (R\$152 inicial em 2024). Este montante foi mensurado com base nos custos estimados para desmontagem no término contrato de arrendamento, atualizado a valor presente por uma taxa de desconto definida em 11,13%.

O valor correspondente a desmobilização está registrado no ativo imobilizado e está sendo amortizado mensalmente. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$146 (R\$151 em 31 de dezembro de 2024), conforme nota explicativa nº 11.

A movimentação da provisão para desmobilização durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	-
Reconhecimento inicial	152
Atualização monetária sobre a provisão de desmobilização	4
Saldo em 31 de dezembro de 2024	156
Atualização monetária sobre a provisão de desmobilização	17
Saldo em 31 de dezembro de 2025	173

17 Patrimônio líquido

a. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito da Companhia é de R\$107.023 (R\$166.262 em 31 de dezembro de 2024), representado por 107.023 mil ações (166.262 mil ações em 31 de dezembro de 2024), nominativas pela acionista Solar Arinos S.A., detentora de 100% das ações da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, o capital integralizado da Companhia é de R\$ 107.023 (R\$ 137.328 em 31 de dezembro de 2024).

Em 17 de junho de 2025, a acionista controladora, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e os fiadores aprovaram a redução de capital no valor de R\$ 59.239, mediante o cancelamento de 59.239 mil de ações ordinárias.

A Companhia não possui em 31 de dezembro 2025 capital a integralizar e em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possuía o montante de R\$ 28.934.

Em 2025, a controladora da Companhia realizou a integralização de capital social no valor de R\$ 28.528 mediante transferência bancária e integralizou o valor de R\$ 406 mediante gastos com imobilizado e intangível pagos pela controladora, totalizando R\$ 28.934. Em 2024 a controladora da Companhia realizou a integralização de capital social no valor de R\$ 113.966 mediante transferência bancária e integralizou o valor de R\$ 9.325 mediante gastos com imobilizado e intangível pagos pela controladora.

b. Reserva Legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O lucro líquido será destinado a reserva legal no término do exercício fiscal.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui reserva legal no valor de R\$101 (R\$ 101 em 2024).

c. Dividendos

Dividendos mínimos obrigatórios:

Conforme previsto no inciso I do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei 6.404/76 a Companhia reconhece a cada exercício a distribuição mínima 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, quando apurado lucro no final do exercício.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não destinou dividendos mínimos obrigatórios em função do prejuízo apurado em 31 de dezembro de 2024 o valor distribuído foi de R\$481, conforme demonstrado a seguir:

	2024
Prejuízos acumulados	(417)
Lucro líquido do exercício	2.441
	2.024
Base de cálculo - Reserva Legal	
Reserva legal - 5%	(101)
	1.923
Base de cálculo - Dividendos mínimos	
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	481

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia efetuou o pagamento dos dividendos de R\$ 481 apurados em 2024.

d. Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital conforme proposta no orçamento previamente aprovado na assembleia geral.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia absoveu parcialmente com prejuízos do exercício a totalidade de R\$ 848 da reserva de retenção de lucros e constituiu reservas de R\$ 1.442 em 2024 em 31 de dezembro de 2024. O saldo de reserva de retenção de lucros em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 594 (R\$ 1.442 em 31 de dezembro de 2024).

e. Cisão parcial – ativo imobilizado

Conforme assembleia geral extraordinária, realizada em 31 de dezembro de 2024, a Companhia aprovou a cisão parcial do ativo imobilizado, no montante de R\$ 96.182, bem como aprovação da redução do capital no respectivo valor, decorrente do acervo cindido, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11.

18 Receitas operacionais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Energia comercializada, líquida (a)	17.562	12.060
Venda de energia para partes relacionadas (b)	10.988	-
Total das receitas operacionais antes dos impostos	<u>28.550</u>	<u>12.060</u>
PIS	(264)	(217)
COFINS	(1.037)	(999)
ICMS	-	(626)
Impostos sobre receita bruta	<u>(1.301)</u>	<u>(1.842)</u>
Receita operacional líquida	<u>27.249</u>	<u>10.218</u>

- (a) Receita proveniente do Ambiente de Contratação Livre (ACL), referente aos contratos bilaterais líquido de perdas.
- (b) Receita proveniente do Ambiente de Contratação Livre (ACL), referente aos contratos bilaterais, conforme nota explicativa nº 22.

Durante o exercício de 2025, a Companhia gerou 91.755 MWh (48.000 MWh em 2024). A diferença entre o volume gerado no ano de 2025 e 2024 se refere a data de início de operação no ano de 2024 ter ocorrido no segundo semestre e os efeitos do *curtailment* no ano de 2025.

19 Custos de operação e despesas gerais e administrativas

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Custos de operação		
Depreciação e amortização (a)	(6.872)	(2.089)
Encargo de uso da rede de energia elétrica (b)	(3.167)	(710)
Seguros	(643)	(178)
Veículos e equipamentos	(715)	(362)
Impostos e taxas	(514)	-
Aluguéis e arrendamentos (c)	(84)	(48)
Total	<u>(11.995)</u>	<u>(3.387)</u>

- a) A diferença entre os anos de 2025 e 2024 se refere a data de início de operação em 2024, tendo ocorrido no segundo semestre.
- b) Refere-se aos contratos firmados junto às transmissoras provenientes do custo do uso da rede de transmissão.
- c) Refere-se custos de aluguel das terras para operação do parque fotovoltaico não sujeitos ao CPC 06 (R2) – Arrendamentos.

	2025	2024
Despesas gerais e administrativas		
Despesa com pessoal	(501)	-
Contabilidade e auditoria	(122)	(111)
Assessoria e advogados	(240)	-
Aluguel	(23)	(7)
Encargos de conexão de rede (a)	(143)	(16)
Serviços técnicos	(85)	(16)
Despesas escritório	(84)	(17)
Impostos e taxas	(287)	(12)
Outros	(212)	(5)
Total	(1.697)	(184)

- (a) Refere-se ao custo de contrato de conexão (CCT) junto a ANEEL, que assegura as condições de conexão de rede elétrica, antes da entrada em operação comercial.

	2025	2024
Outras receitas (despesas) líquidas		
Baixa de ativo imobilizado	(198)	-
Total	(198)	-

20 Resultado financeiro

	2025	2024
Receita financeira:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	2.749	1.195
Ganho com instrumentos financeiros derivativos (*)	18	736
	2.767	1.931
Despesa financeira:		
Juros sobre financiamentos	(11.326)	(3.334)
Fianças bancárias	(1.834)	(595)
Perda com instrumentos financeiros derivativos (*)	-	(736)
Despesas bancárias	(6)	(4)
Imposto sobre operações financeiras (IOF)	-	(284)
Atualização monetária da provisão para desmobilização	(17)	(4)
Juros sobre arrendamentos	(323)	(107)
Juros outras contas a pagar	(1.664)	(28)
	(15.170)	(5.092)

	2025	2024
Resultado financeiro, líquido	(12.403)	(3.161)

(*) Em 2024, referente aos derivativos designados como hedge de valor justo.

21 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2025, o montante remanescente a pagar de imposto de renda e contribuição social é de R\$279 (R\$522 em 31 de dezembro de 2024). A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas debitada em resultado é demonstrada como segue:

Lucro Presumido:

Apuração pelo lucro presumido:

	2025
Receita bruta (a) (*)	35.646
Presunção do imposto de renda – 8% (b)	2.852
Presunção da contribuição social – 12% (c)	4.277
Demais receitas – (d)	2.147
Base de cálculo do IRPJ (b) + (d)	4.999
Imposto de renda a alíquota de 15%	(750)
Adicional de imposto de renda a alíquota de 10%	(476)
Total IRPJ	(1.226)
Base de cálculo da CSLL (c) + (d)	6.424
Contribuição social a alíquota de 9%	(578)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(1.804)
Alíquota efetiva (**)	4,8%

(*) Receita Bruta antes do ajuste para perdas.

(**) A alíquota efetiva corresponde a despesa de imposto de renda e contribuição social dividida pela soma da Receita bruta (a) e demais receitas (b).

Lucro Real:

	2024
Lucro (Prejuízo) contábil antes do imposto de renda e contribuição social	3.486
Alíquota vigente combinada	34%
IRPJ e CSLL alíquota nominal	(1.185)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:	
Adições não dedutíveis temporariamente	141
Provisões não dedutíveis temporariamente	(123)
Compensação de prejuízos fiscais	(360)
Base negativa - prejuízo fiscal não contabilizado	-
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social	3.144
Despesa de IRPJ e CSLL	(1.045)
Alíquota efetiva	29,97%

22 Partes relacionadas

a. Controladora e controladora final

A controladora é a Solar Arinos S.A. e o controlador final é a Newave Energia S.A.

b. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração refere-se aos diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por seus serviços é representada por salários e outros benefícios de curto prazo. A remuneração dos diretores é suportada pela controladora indireta Newave Energia S.A.

c. Operações com partes relacionadas

	Contas a receber	
	2025	2024
Gerdau Açominas S.A. (a)	139	-
Gerdau Aços Longos S.A. (a)	479	-
Total Circulante	618	-

Usina Solar Arinos 5 SPE S.A. (b)	2	2
Usina Solar Arinos 6 SPE S.A. (b)	3	3
Usina Solar Arinos 7 SPE S.A. (b)	3	3
Usina Solar Arinos 18 SPE S.A. (b)	3	3
Usina Solar Arinos 19 SPE S.A. (b)	3	3
Usina Solar Arinos 20 SPE S.A. (b)	3	3
Total Não Circulante	17	17

Mútuos financeiros a receber

	2025	2024
Usina Solar Arinos 6 SPE S.A. (c)	10.150	15.150
Total Não Circulante	10.150	15.150

Contas a pagar

	2025	2024
Solar Arinos S.A.	3	3
Newave Energia S.A. (d)	68	
Total Circulante	71	3

Dividendos a pagar

	2025	2024
Solar Arinos S.A.	-	481
	-	481

Receitas /(Despesa)

	2025	2024
Gerdau Açominas S.A. (a)	769	-
Gerdau Aços Longos S.A (a)	6.226	-
Newave Energia S.A (a)	3.993	-
Newave Energia S.A (d)	(818)	-
	10.170	-

- (a) Refere-se a venda de energia.
 (b) Refere-se a despesas pagas pela Companhia para as coligadas da controladora.
 (c) Mútuos financeiros realizados junto a Usina Solar Arinos 6 S.A., que será liquidado até outubro de 2026 em parcela única. O mútuo não possui juros remuneratórios.
 (d) Compartilhamento de custos e despesas.

23 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Nota	2025 – Valor contábil		2024 – Valor contábil	
		Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Custo amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	7.a	4.414	1.671	22.892	707
Contas a receber	8	-	2.407	-	1.492
Fundos vinculados	7.b	3.471	-	3.067	-
Contas a receber partes relacionadas	22.c	-	635	-	17
Mútuos financeiros a receber de partes relacionadas	22.c	-	10.150	-	15.150
Outras contas a receber		-	157	-	259
Total		7.885	15.020	25.959	17.625

	Nota	2025 – Valor contábil		2024 – Valor contábil	
		Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Custo amortizado
Passivos					
Fornecedores	13	-	1.727	-	5.467
Contas a pagar partes relacionadas	22.c	-	71	-	3
Financiamentos	14	-	111.690	-	101.516
Dividendos a pagar	22.c	-	-	-	481
Passivo de arrendamentos	10	-	2.720	-	2.727
Outras contas a pagar	13	-	1.032	-	2.690
Total		-	117.240	-	112.884

	Hierarquia do valor justo	2025		2024	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	6.085	6.085	23.599	23.599
Contas a receber	Nível 2	2.407	2.407	1.492	1.492
Fundos vinculados	Nível 2	3.471	3.471	3.067	3.067
Contas a receber partes relacionadas	Nível 2	635	635	17	17
Mútuos financeiros a receber de partes relacionadas	Nível 2	10.150	10.150	15.150	15.150
Outras contas a receber	Nível 2	157	157	259	259
Total		22.905	22.905	43.584	43.584
		2025		2024	
Passivos					
Fornecedores	Nível 2	1.727	1.727	5.467	5.467
Contas a pagar partes relacionadas	Nível 2	71	71	3	3
Financiamentos	Nível 2	111.690	111.690	101.516	101.516
Dividendos a pagar	Nível 2	-	-	481	481
Passivo de arrendamentos	Nível 2	2.720	2.720	2.727	2.727
Outras contas a pagar	Nível 2	1.032	1.032	2.690	2.690
Total		117.240	117.240	112.884	112.884

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e
- **Nível 3** - *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre nível 1, 2 tampouco com o nível 3.

b. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco de taxa de juros.

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades a Companhia. A Companhia por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros da Companhia.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

	2025	2024
Caixas e equivalentes de caixa	6.085	23.599
Fundos vinculados	2.407	3.067
Contas a receber	3.471	1.492
Contas a receber partes relacionadas	635	17
Mútuos financeiros a receber de partes relacionadas	10.150	15.150
Outras contas a receber	157	259
Total	22.905	43.584

De modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, a Companhia centraliza suas operações apenas em instituições de primeira linha. A Companhia prioriza investimentos de curtíssimo prazo para obter o máximo de rendimento e máxima liquidez frente aos passivos contraídos.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

31 de dezembro de 2025

	Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais				
		Total	2 anos ou menos	3 – 5 Anos	5 - 10 anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores e outras contas a pagar	2.759	2.759	2.759	-	-	-
Financiamentos	111.690	220.182	25.377	36.108	54.537	104.160
Contas a pagar partes relacionadas	71	71	71	-	-	-
Passivo de arrendamentos	2.720	10.496	660	990	1.650	7.196
	117.240	233.508	28.867	37.098	56.187	111.356

31 de dezembro de 2024

	Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais				
		Total	2 anos ou menos	3 – 5 Anos	5 - 10 anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores e outras contas a pagar	8.157	8.157	8.157	-	-	-
Financiamentos	101.516	101.516	8.828	13.242	22.070	57.376
Dividendos a pagar	481	481	481	-	-	-
Contas a pagar partes relacionadas	3	3	3	-	-	-
Passivo de arrendamentos	2.727	9.807	660	990	1.650	6.507
	112.884	119.964	17.941	13.950	23.250	64.823

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(iv) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Análise de sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumentos Financeiros Evidenciação / IFRS 7 – *Financial Instruments: Disclosures*, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco.

Variação das taxas de juros	Variação 31/12/2025	Cenário Provável 31/12/2026	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento das taxas de juros e índices					
IPCA (a)	4,16%	4,06%	4,06%	5,08%	6,09%
Risco de redução das taxas de juros e índices					
CDI (a)	15,00%	12,25%	12,25%	15,31%	6,09%

	Índice	Saldos em 31/12/2024	Sensibilidade				
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	∇ - 25%	∇ - 50%
Risco de aumento (passivo)							
Financiamentos	IPCA	111.690	115.934	5.305	6.366	(5.305)	(6.366)
Risco de redução (ativo)							
Aplicações financeiras	CDI	6.085	6.983	1.122	1.346	(1.122)	(1.346)
Fundos vinculados	CDI	2.407	2.702	369	442	(369)	(442)

(a) Boletim FOCUS – Fonte: Banco Central do Brasil.

24 Demonstrações dos fluxos de caixa

Transações que não envolvem caixa:

	2025	2024
Juros sobre passivo de arrendamentos adicionados ao imobilizado	-	(7)
Amortização de direitos de uso	-	150
Provisão para desmobilização	-	152
Juros sobre financiamentos adicionados ao imobilizado	-	2.185
Fornecedores	-	3.615
Despesas antecipadas adicionadas ao imobilizado	-	(583)
Aquisição de ativo intangível	-	(7.967)
Aquisição de ativo imobilizado	(406)	(6.848)
Cisão parcial – ativo imobilizado	-	96.182
Cisão parcial – redução de capital	-	(96.182)
Integralização de capital	406	9.325
Amortização de arrendamentos	-	-
Intangível	-	(22)

25 Contingências

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2025 e 2024 contingências passivas com avaliação de risco de perda provável ou possível.

26 Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos da Companhia para os anos subsequentes.

	2026	2027	2028	2029	2030 a 2060
(EUST / CUST / CCT) (a)	3.417	3.550	3.681	3.811	119.828
Seguros (b)	220	660	660	660	11.943
Operação e manutenção (c)	274	274	274	274	8.315
Arrendamento (d)	330	330	330	330	9.479
Total	4.241	4.814	4.945	5.075	149.565

a) Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (EUST e Taxa de Conservação)

Durante toda a operação dos projetos, a Companhia irá incorrer com gastos referentes aos Encargo de Uso do Sistema de Transmissão (EUST), objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST), e a Taxa de Conservação, objeto dos Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT), para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2026 os EUSTs foram calculados considerando as Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) vigentes para o ciclo tarifário 2025/2026 (Julho e 2025 a Junho de 2026) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses seguintes.

A partir de Julho de 2026 os EUSTs também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2025/2026.

b) Seguros

A Companhia possui contratos de seguros para manutenção e asseguarção da planta fotovoltaicas, com cobertura para riscos operacionais e responsabilidade civil.

c) Operação e manutenção

A Companhia possui contratos com fornecedores de materiais e equipamentos para manutenção do parque fotovoltaico.

d) Arrendamentos

A Companhia possui contratos de arrendamento dos terrenos pertinentes a utilização do parque fotovoltaico.

Edgard Corrochano
Presidente
CPF: 754.736.071-87

Regis Madruga Leme
Contador
CRC: 1SP317833/O-2
CPF: 322.761.488-02
* * *